

Formação de professores de geografia na USP para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)

Geography teacher training at USP for secondary education of the paulista school (1934-1960)

DOI:10.34117/bjdv6n11-020

Recebimento dos originais: 03/10/2020

Aceitação para publicação: 03/11/2020

Márcia Cristina de Oliveira Mello

Formação acadêmica mais alta: Doutorado em Educação

Instituição de atuação atual: UNESP

Endereço completo: Rua Manoel da Silva Mano, 670 Vila Soares - Ourinhos/SP- CEP 19906-510

E-mail: marcia.mello@unesp.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar e compreender quais orientações metodológicas receberam os primeiros professores de Geografia para atuar na escola paulista, entre os anos de 1934 e 1960. Trata-se de investigação de fundo histórico, documental e bibliográfica a ser desenvolvida por meio de procedimentos de identificação, reunião, organização e análise de fontes documentais referentes aos aspectos do currículo do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação. Serão enfatizadas as orientações metodológicas, advindos da Geografia e da Pedagogia utilizadas enquanto “matrizes” teóricas de formação. Buscaremos refletir em que medida o curso de formação da FFCL, da USP contribuiu para promover a reflexão sobre a relação teoria e prática pedagógica no ensino de Geografia, dicotomia ainda presentes nos dias de hoje no processo de formação do professor de Geografia.

Palavras-chave: formação de professores de Geografia, ensino de Geografia, metodologias de ensino em Geografia

ABSTRACT

This research is aimed at identifying and understand which methodological guidelines the first geography teachers were oriented to, working in Sao Paulo State schools between the years 1934 to 1960. These are historical background research, documental and bibliographic literature to be developed through identification procedures, meeting, organization and analysis of documentary sources referring to the aspects of the first graduation course curriculum, for secondary teachers of Geography, offered by Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), Universidade de São Paulo (USP) and in its Institute of Education. Methodological guidelines are emphasized, stemming from Geography and Pedagogy while used as theoretical training "matrixes". We will focus on to what extent the FFCL, USP graduation course helped to foster reflection on the relationship between theory and teaching practice in Geography teaching, dichotomy still in season today in the process of training Geography teachers.

Keywords: Geography teachers graduation course, Geography teaching, Geography teaching methods.

1 INTRODUÇÃO

No sentido de contribuir para a compreensão de alguns aspectos importantes da formação pedagógica e do campo profissional docente do geógrafo, apresentamos resultados parciais de pesquisa que tem como objetivo identificar e compreender quais orientações metodológicas receberam os primeiros professores de Geografia para atuar na escola paulista, entre os anos de 1934 e 1960.

A investigação de fundo histórico, documental e bibliográfica revela aspectos do currículo do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação. Buscaremos analisar em que medida o curso contribuiu para promover a reflexão sobre a relação teoria e prática pedagógica no ensino de Geografia, dicotomia ainda presentes nos dias de hoje no processo de formação do professor de Geografia.

2 DISCUSSÃO

A formação de professores para a área de humanidades iniciou-se em nível superior, no Brasil na década de 1930 na universidade de São Paulo. O decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a USP regulamentou seus oito institutos oficiais, dentre eles a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que abrigou o então curso de Geografia e História. Matricularam-se naquele curso, no ano de 1934, 24 seletos alunos, dos quais oito foram diplomados em 1936¹.

O primeiro formato de formação correspondeu aos três anos dedicados aos estudos apresentados pelas disciplinas de conteúdos específicos do bacharelado cursadas nos anos de 1934, 1935 e 1936, mais um ano dedicado para a formação do licenciado, que foi oferecido concomitantemente no ano de 1936. Este modelo de formação docente ficou conhecido como “três mais um”, como nos lembra Tanuri (2000) em “História da formação de professores”.

Nos relatos dos ex-alunos Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira (1949) o curso tinha a característica de seguir nas linhas mestras a orientação francesa.

Entretanto, aproveitando inúmeras vezes² os ensinamentos dos autores ingleses e norte-americanos e introduzindo sua orientação própria, os professores e assistentes do Departamento têm procurado orientar o ensino no sentido de atender plenamente os reclamos da geografia brasileira, naquilo que apresenta de particular e de original. (p. 80).

¹ Os primeiros licenciados em Geografia e História pela FFCL da USP, em 1936 foram, a saber: Antonio de Paula Assis; Nelson Camargo; Rezende Sampaio Garcia; Astrogildo Rodrigues de Mello; José Orlandi; Euripedes Simão de Paula; Affonso Antonio Rocco; e João Dias da Silveira. (USP (1935; 1936)).

² Mantivemos a ortografia da época.

A organização curricular do curso previa as seguintes atividades, a saber: aulas teóricas; aulas de seminário; realização de excursões; e pesquisas. Esta formação técnica projetada para ser oferecida em três anos era complementada com a formação pedagógica. Naquele momento as Faculdades de Filosofia e Ciências se constituíram enquanto local privilegiado de formação de professores secundários.

Neste sentido Cacete (2003) enfatiza que até a década de 1930 a formação do magistério secundário era inexistente, dada as características do sistema público de ensino que mantinha um número bastante restrito de escolas. Na falta de formação docente em nível superior “Os professores da escola secundária eram recrutados entre aqueles que dispunham de uma cultura geral e possuíam conhecimentos específicos relativos à matéria que pretendiam lecionar [...]”. (p. 21).

Quando o sistema de ensino começou a se ampliar mediante necessidade do “[...] estabelecimento de uma economia urbano-industrial [...]” (p.13) surgiram urgências em relação a organização do ensino público para escolarização da população.

A chamada “Reforma Francisco Campos”, de 1931 já tinha dado maior organicidade para o ensino secundário e caráter de universalidade ao ensino superior. Buscava-se a pesquisa científica e a introdução dos estudos pedagógicos como condição para a formação docente, compunha-se assim o ineditismo da reforma, que tentou se concretizar com a criação da Universidade de São Paulo.

Com o Código de Educação de 1933, Decreto n. 5.844, e a reforma realizada por Fernando de Azevedo a Escola Normal da Capital “Caetano de Campos” se tornou o Instituto de Educação Caetano, que por sua vez deveria oferecer a formação pedagógica aos candidatos a professores para a escola secundária, além da formação dos professores primários e cursos de especialização para diretores e inspetores de ensino. Em 1934 o Instituto foi incorporado pela USP até 1938, quando se deu a criação da Secção de Educação da FFCL da USP. (TANURI, 2000).

Cacete (2014) destaca que as Faculdades de Filosofia sofreram críticas quanto ao formato de formação docente que mantinham até os de 1960, especialmente, referentes ao fato de não conciliar a formação do professor e do pesquisador; pela inadequação na preparação do professor que trazia deficiência na prática docente; e pela precariedade na fixação do profissional à docência.

Sobre a dicotomia “conhecimentos específicos” e “procedimentos didáticos-pedagógicos” Saviani (2009) aponta que os Institutos de Educação imprimiram o papel de incorporarem as disciplinas pedagógicas para firmá-las enquanto conhecimentos de caráter científico. O caráter científico inicialmente proposto considerava uma dimensão de pesquisa aos processos formativos, necessários à aproximação com a realidade das escolas e seus currículos.

Por estes motivos, Cacete (2015) relata que a partir de então se intensificou a discussão acerca da articulação entre a formação do bacharel e o professor de Geografia, já que estava caracterizada especialmente por um

[...] aglomerado de disciplinas isoladas, desvinculadas do campo de atuação profissional dos professores. A acentuação teórica dos cursos de formação de professores, em detrimento daquilo que se entendia por “prática”, sustentava outra crítica recorrente. Acreditava-se que o professor aprendia o seu exercício pedagógico tão somente na prática da sala de aula. Dito de outro modo, a base teórica desses cursos não tomava a prática como referência para formulação teórica. (p. 5).

Na análise de Cacete os cursos de formação docente herdaram um paradigma positivista da racionalidade técnica instrumental, segundo o qual os professorandos deveriam ser instrumentalizados por meio de saberes envolvendo técnicas e procedimentos metodológicos para depois aplicá-los no campo profissional.

Saviani (2009) aponta ainda que a história da formação docente em nosso país aponta para dois modelos possíveis,

a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico. (p. 148-149).

Assim, eis a questão sobre o curso que analisamos: havia uma reflexão da importância da relação teoria e prática pedagógica na formação docente em Geografia?

Os documentos que analisamos apontam tanto para as características que se aproximam do modelo que valoriza a cultura geral e o conhecimento específico, quanto ao preparo didático-pedagógico do professor.

Ainda que a dicotomia “conhecimentos específicos” e “procedimentos didáticos-pedagógicos” estivesse presente na organização curricular, percebem-se tentativas de indissociar aquilo que caracteriza a função docente como a articulação entre a forma (como) e o conteúdo (o quê ensinar), a exemplo da proposta da oferecida por Aroldo de Azevedo de Azevedo (1946), na disciplina Geografia do Brasil. O professor distribuía atividades de planejamento, elaboração e aplicação e aulas de Geografia entre os alunos que ainda na formação técnica.

Outro aspecto que favoreceu a reflexão da relação teoria e prática foi o fato de a estrutura do curso da USP contar com a colaboração de professores que já tinham contato direto com a escola

secundária, seja no Brasil ou no exterior, a exemplo de Pierre Monbeig³ e Aziz Ab'Saber. A professora Amélia Americano Domingues de Castro nos relatou (MELLO, 2017) que ela própria como não tinha experiência didática antes de ingressar na USP e por sugestão de seus professores procurou emprego em uma escola secundária onde trabalhou por determinado tempo, com o objetivo de conhecer o seu cotidiano, para então favorecer a formação docente de seus futuros alunos da disciplina de Didática. E assim ela o fez.

3 METODOLOGIA

Com a devida cautela, a pesquisa busca identificar as orientações metodológicas destinadas aos professores do tipo “novo”, “moderno”, “científico” e “contextualizado” para o recorte delimitado na investigação.

Procuramos delinear os nexos entre permanências, rupturas e disputas pelo monopólio científico do discurso pedagógico, marcados pela presença e atuação de diferentes sujeitos pelo monopólio em disputa das orientações pedagógicas relativas a atuação docente em Geografia, entre os anos de 1930 a 1960.

Assim, as fontes documentais são classificadas por meio de procedimentos de identificação, reunião e organização de documentos. Para a sistematização e análise foram definidos dois critérios relacionados aos conceitos chaves da pesquisa, a saber: “arte de dizer” e “arte de fazer”. Na primeira etapa as fontes foram demarcadas pela relação com a “arte de dizer” contidas: 1) nos programas de ensino do (s) curso (s) analisado; 2) na legislação de ensino; 3) nos textos de caráter metodológico e científico. Na segunda etapa, foram considerados os documentos referentes a faceta da “arte de fazer”, entre eles: 1) os depoimentos de professores e ex-alunos da FFCL da USP, com destaque a entrevista concedida pela professora Amélia Americano Domingues de Castro; os documentos pessoais dos professores; os planos de ensino; 2) registros de caráter histórico (incluindo inventários e fotografias); 3) relatos de experiência dos professores, publicados em formato de artigos.

4 RESULTADOS

No período de 1936 a 1960 formaram-se 384 professores de Geografia [e História], dentre eles nomes ilustres que se projetaram no cenário nacional como José Orlandi e João Dias de Silveira (da turma de 1936); Ary França (turma de 1938); Aroldo Edgard de Azevedo e Maria Conceição Vicente

³ Sobre a influência de Pierre Monbeig e seus adeptos, ver Cuani Junior; Mello (2020).

de Carvalho (da turma de 1939); Amélia Americano Franco de Castro (turma de 1940); e Aziz Nacib Ab-Saber (turma de 1945).

Na década de 1930 o número de professores com formação especializada em Geografia [e História] na década foi tímido, totalizando 41 docentes. Na década de 1940 houve um aumento considerável e número de professores formados foi de 132 para alcançar um fluxo maior na década de 1950, de 211 formandos⁴.

Com relação a modalidade bacharelado do curso de Geografia e História, o número de formandos foi de 476 no mesmo período. Desta forma, 92 alunos não optaram pela licenciatura. A proporção foi de 80,67% para as duas modalidades e 19,33% unicamente para o bacharelado.

Quanto ao gênero dos 476 alunos formados nas duas modalidades (1936 a 1960) 68,9% eram mulheres.

Nota-se a expressividade do número de mulheres no campo. Algumas tiveram reconhecimento mérito acadêmico, a exemplo de Maria Conceição Vicente de Carvalho, que se tornou a primeira geógrafa a doutorar-se pela USP e Amélia Americano Domingues de Castro, que se tornou representante da disciplina de Didática do curso de formação docente da USP.

As primeiras impressões apontam para o papel fundamental que o curso da USP desempenhou na organização interna da *Didática da Geografia* no estado de São Paulo e no Brasil, já que suas orientações metodológicas abarcaram um conjunto de ideias, processos, formas e conteúdos fundamentados nos pressupostos psicológicos da aprendizagem (a inovação educacional que redescobriu a criança), validados cientificamente pela Pedagogia científica, incluindo a Psicologia da Educação.

O curso da USP fomentou debates que contribuíram para regular a ordem das práticas pedagógicas em Geografia em nosso país, algumas delas ainda presentes na ordem do dia.

Sobre as orientações metodológicas recebidas pelos professores no curso da USP, elas estavam contidas nos textos indicados nas bibliografias das disciplinas pedagógicas, especialmente contendo plano de lições; sugestões de uso de recursos e atividades didáticas como mapas, fotografias, gravuras, excursões geográficas e descrição. Na fusão dos estudos oriundos da então nascente Geografia brasileira, os textos reforçavam uma forma de ensinar seu conteúdo nas escolas, coerentemente articuladas aos preceitos da Escola nova.

⁴ Para a contagem dos formandos por décadas organizamos os dados da seguinte forma, a saber: de 1936 a 1939, década de 1930; de 1940 a 1949, década de 1940; e, de 1950 a 1960, década de 1950, já que a pesquisa considera o ano de 1936 como início e 1960 como término do período de análise.

Na análise de Pereira (1989), a orientação didática assumida no curso da USP pode ser caracterizada como eclética, já que o próprio Aroldo de Azevedo “[...] admite (sic) que sobre a base francesa, o Departamento de Geografia da USP tinha incorporado contribuições de outras fontes, principalmente oriundas dos EUA, Alemanha e Inglaterra [...]” (p. 25).

Na perspectiva do projeto de formação docente do ideário escolanovista, a Didática passou a valorizar as questões de ordem prático-técnico e ajudaria a superar as questões internas da escola. Desta forma, a ênfase muda para o ensinar bem atendendo a influência da Pedagogia Nova. Neste novo cenário teoria e prática são justapostas “O ensino é concebido como um processo de pesquisa, partindo do pressuposto de que os assuntos de que tratam o ensino são problemas.” (VEIGA, 1995, p. 31).

Dentre os fundamentos do currículo para a formação docente constavam nas bibliografias das disciplinas textos de autores como John Dewey (1859-1952); William Heard Kilpatrick (1871-1965); Maria Montessori (1870-1952); Ovide Decroly (1871-1932); Édouard Claparède (1873-1940); Adolpho Ferrière (1879-1960); Moisei Pistrak (1888-1940); e Anton Makarenko (1888-1939). Dentre os brasileiros destacaram-se nos programas de ensino autores como João Augusto de Toledo (1879-1941); Antonio Firmino de Proença (1880-1946); Delgado de Carvalho (1884-1980); Fernando de Azevedo (1894-1974); e Lourenço Filho.

Dewey contribuiu de forma marcante para a divulgação dos princípios escolavovistas cuja noção central era o conceito de experiência, que seria a educação pela ação da criança. Assim, a escola centrada na criança (aluno) deveria favorecer a um espaço para o desenvolvimento de seus interesses. “Por isso, vida-experiência-aprendizagem não se separam, e a função da escola é possibilitar a reconstrução continuada que a criança faz da experiência.” (ARANHA, 2006, p. 261).

-Foi Anísio Teixeira (1900-1971) o responsável pela difusão das ideias de Dewey no Brasil. Adepto de uma “escola progressista” acreditava que o aluno deveria ter uma postura científica para que “aprenda por si mesmo”. Assim, “[...] A escola deveria ser o lugar da elaboração de projetos, que exigem reflexão, intensa atividade participativa e que levem a conquista progressiva da autonomia e da responsabilidade do educando.” (ARANHA, 2006, p. 334).

A partir deste princípio a Didática da Geografia propôs a substituição das lições de memorização e cópia por atividades como as excursões escolares e a observação *in loco*. Ao menos no curso de formação docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de formação docente adotado à época pela USP contribuiu para a constituição do campo profissional docente em Geografia. Certamente esta matriz caracterizada pela orientação escolanovista teve inúmeras variáveis, cujas versões é preciso ainda investigar para compreendermos o presente e as múltiplas angústias da formação inicial na área.

Assim, entender como a formação docente foi pensada no passado recente de forma acadêmica e sistematizada, entre o otimismo pedagógico e o patriotismo nacionalista, pode nos auxiliar na compreensão de que não se mudam práticas e concepções em curto prazo.

Formar o homem cultural, o homem econômico, o homem político, o homem espiritual é um exercício de autonomia. Com relação a isto podemos ainda investigar o que aqueles primeiros professores despertaram nas gerações de hoje? Como um professor de Geografia pôde/pode se formar para atender alunos num mundo em que todos precisavam/precisam se defender com unhas e dentes?

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Aroldo. Dez anos de ensino superior de Geografia. *Revista brasileira de Geografia*, São Paulo, ano VIII, n. 2, 227-242, abr./jun. 1946.

AZEVEDO, Aroldo; SILVEIRA, João Dias da. O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. *Boletim paulista de Geografia*, São Paulo, n. 3, 76-83, out. 1949.

CACETE, Núria Hanglei. A formação de professores para escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação. 2003. Tese. Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1-16, out./dez. 2014.

_____. Formação do professor de Geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. *Revista Casa da Geografia*, Sobral, v. 17, n. 2, p. 3-11, jul. 2015.

CUANI JUNIOR, João Luiz; MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. A influência do nacionalismo de Delgado de Carvalho no currículo de Geografia, do ensino secundário de 1935, proposto por Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo. *Brazilian journal of development*, Curitiba, v.6, p.37334 - 37346, 2020.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. Entrevista com Amélia Americano Domingues de Castro. 2017. (Manuscrito).

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. *Origens e consolidação da tradição didática na Geografia escolar brasileira*. 1989. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista brasileira de educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, mai/jun./jul./ago. 2000, p. 61-88.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Anuário Universidade 1934-1935. São Paulo, 1935.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: uma retrospectiva histórica. In.: _____ (Coord.). *Repensando a Didática*. 10. ed. Campinas: Papyrus, 1995. p. 25-40.